



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$50

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$
Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio	

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 25\$00 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração — Rectifica a forma como foi publicado o decreto-lei n.º 35:869, que reorganiza o ensino na Escola Náutica.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 35:880 — Transfere várias verbas dentro do orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações — Abre créditos destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização de despesas não previstas no referido orçamento e introduz alterações no Orçamento Geral do Estado.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público o Acordo sobre transportes aéreos entre Portugal e a Holanda.

Ministério da Educação Nacional:

Declarações de terem sido autorizadas transferências de verbas dentro dos capítulos 3.º e 4.º do orçamento do Ministério.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Declara-se, para os devidos efeitos, que no original, arquivado nesta Secretaria, do decreto-lei n.º 35:869, publicado pelo Ministério da Marinha, Repartição do Gabinete, no *Diário do Governo* n.º 213, 1.ª série, de 19 do corrente, está escrito:

No artigo 23.º: «... nos termos da portaria n.º 10:462, ...»,

e não:

«... nos termos da portaria n.º 10:652, ...»,

como, por lapso, foi escrito na cópia enviada à Imprensa Nacional para publicação no referido *Diário do Governo*.

Secretaria da Presidência do Conselho, 24 de Setembro de 1946. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 35:880

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março do 1929, nos artigos 35.º e 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, tendo em vista o preccituado na lei n.º 1:914, de 24 de Maio do 1935, no artigo 7.º do decreto-lei n.º 27:223, de 21 de Novembro de 1936, e no artigo 2.º do decreto-lei n.º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e nos do citado artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as seguintes quantias dentro do orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações em vigor:

Do capítulo 3.º, artigo 62.º, n.º 2) «Construções a efectuar em conta das receitas gerais do Estado, incluindo despesas de pessoal»:

Alinea f) «Edifícios nas Caldas de Monchique» — 500.000\$00
Alinea k) «Instalações de sanitidade marítima do porto de Lisboa» — 200.000\$00
Alinea l) «Hospitais e Civis de Lisboa» — 200.000\$00

Do capítulo 3.º, artigo 64.º, n.º 2) «Conservação e aproveitamento de imóveis»:

Alinea h) «Hospitais Civis e de Santa Marta, em Lisboa» — 800.000\$00

Do capítulo 17.º, artigo 167.º «Base Naval de Lisboa», n.º 1):

Alinea a) «Alfaiate, incluindo a adaptação da doca da Alfândega, em Lisboa» — 6.000.000\$00
Alinea b) «Montijo» — 900.000\$00

Para o capítulo 3.º, artigo 64.º, n.º 2) «Conservação e aproveitamento de imóveis»:

Alinea c) «Edifícios e instalações do Ministério da Marinha» + 1.000.000\$00
Alinea m) «Palácio Foz» + 700.000\$00

Para o capítulo 17.º, artigo 163.º «Obras de regularização dos rios e defesa dos campos marginais», n.º 1): + 6.000.000\$00

Para o capítulo 17.º, artigo 171.º «Edifícios públicos», n.º 2) «Mobilário, roupa, máquinas, etc.», alínea b) «Colónia agrícola para alienados em Coimbra» + 900.000\$00

Art. 2.º São abertos no Ministério das Finanças, a favor do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, créditos especiais no montante de 12:100.000\$, destinados quer a reforçar verbas insuficientemente dotadas, quer a